



ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA

SUSTENTABILIDADE: INVESTIR NO PRESENTE

JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2021

Natural de Águeda, João Pedro Matos Fernandes (1967) licenciou-se em Engenharia Civil (ramo de Planeamento Territorial) pela FEUP em 1991, tendo concluído o Mestrado em Transportes no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, em 1995. Entre 1990 e 1995, trabalhou na Comissão de Coordenação da Região Norte (Ordenamento do Território), tendo sido o coordenador do setor dos transportes. Em 1995, assumiu as funções de Adjunto do Secretário de Estado dos Recursos Naturais, que desempenhou, até 1997, quando foi nomeado Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (1997-1999).

Entre os vários cargos de relevo que desempenhou incluem-se ainda os de Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Douro e Leixões (2008-2012), Presidente do Conselho de Administração da Administração do Porto de Viana do Castelo (2009-2012), Presidente da Associação dos Portos Portugueses (2008-2010) e Presidente do Conselho de Administração da Águas do Porto (2014-2015). Em 2015, assumiu o cargo de Ministro do Ambiente no XXI Governo Constitucional, que mantém até à atualidade, agora com a designação de Ministro de Ambiente e da Ação Climática.

João Pedro Matos Fernandes foi também docente do Instituto Superior Técnico (Infraestruturas) e do Instituto Superior de Transportes (Impactos Energéticos e Ambientais dos Transportes). Lecionou como convidado em mestrados nas Universidades do Porto, Técnica de Lisboa e de Nápoles.

SUSTENTABILIDADE: INVESTIR NO PRESENTE

João Pedro Matos Fernandes

Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Ficha Técnica

Título: ***Sustentabilidade: investir no presente***

Autor: ***João Pedro Matos Fernandes***

Edição: ***Faculdade de Letras da Universidade do Porto***

Ano de Edição: ***2021***

Coleção: ***Orações de Sapiência***

Execução Gráfica: ***Gráfica Firmeza Lda. / Porto***

Tiragem: ***250 exemplares***

Depósito Legal: ***492386/21***

ISBN: ***978-989-9082-03-8***



Nota de Abertura

O Conselho Executivo da FLUP tinha estabelecido que o ano de 2020 seria dedicado à “sustentabilidade”. Na sequência do projeto de certificação energética, iniciado em setembro de 2017, que possibilitou a instalação de iluminação LED em todo o edificado, a substituição de caixilharia e a melhoria das características solares dos vidros do edifício central e a instalação de um sistema de produção de energia solar através de painéis fotovoltaicos, pretendia-se dar início a um programa sistemático e integrado de ações visando o combate ao desperdício, a redução do plástico, o aumento da reciclagem, a requalificação dos espaços verdes, a melhoria generalizada das condições ambientais da Faculdade. Estas medidas visam sensibilizar toda a comunidade para o desenvolvimento de boas práticas e contribuir para a alteração de comportamentos em prol de uma FLUP mais amiga do ambiente.

Infelizmente, a pandemia não nos permitiu atingir cabalmente os objetivos traçados, entre os quais estava a realização de uma jornada de sensibilização (em abril de 2020), para a qual tínhamos convidado o Senhor Ministro do Ambiente, Engenheiro João Pedro Matos Fernandes. Não foi possível, mas o assunto não ficou esquecido e este ano, na Abertura Solene do Ano Letivo, foi o nosso convidado de honra, proferindo a “lição de sapiência”, cujo texto, transcrito a partir da gravação do discurso oral, temos agora o gosto de publicar, integrado na coleção *Orações de Sapiência*.

A importância da temática desta intervenção não carece de ser sublinhada, já que as questões ambientais e a necessidade imperiosa de alterarmos comportamentos estão na ordem do dia. Mas a publicação deste texto, complementada com a exposição que foi inaugurada no *hall* da FLUP, no dia 11 de outubro passado, e com o *site* tornado público na mesma data, são, sem dúvida, formas de reforçar as medidas de sensibilização para esta problemática, que a todos diz respeito.

Pela disponibilidade de imediato manifestada para aceitar o nosso convite e pela substantiva e bem-humorada palestra com que nos brindou, quero, em nome da FLUP, expressar ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Engenheiro Matos Fernandes, a mais sincera gratidão.

Fernanda Ribeiro
Diretora da FLUP

Sustentabilidade: investir no presente

João Pedro Matos Fernandes

5

Sinto-me muito honrado por participar nesta sessão. Agradeço penhoradamente o convite que me foi feito. Não sei fazer orações de sapiência, peço desculpa. A responsabilidade é muito grande, portanto, farei o meu melhor em torno de sete frases que aqui escrevi. Sou sempre muito cabalístico, são sempre sete frases e é à volta delas que farei esta charla, esperando que não seja nem maçadora nem muito demorada.

Qualquer livro explica o que é a nossa espécie. Somos bípedes. Temos o polegar oponível. Somos inteligentes. Somos gregários. E a quinta característica, aquela que quero acrescentar: somos cobardes. Tememos qualquer animal que seja maior do que nós. Inventámos monstros marinhos para evitar descobrir o mar que nos rodeava. Somos uma espécie imatura. Uma espécie que em quatro ou cinco mil anos deixou de ser recoletora, saiu do meio da cadeia alimentar e passou para o seu topo. E isto é, de facto, muito mau. Podemos iludir-nos e achar positivo. Não é. A imaturidade é muito evidente no nosso comportamento. Por isso é que nunca encontrarão nos olhos de homem ou de mulher alguma a serenidade do leão sentado na fraga a escolher o que vai jantar. A nossa espécie nunca tem essa serenidade. A nossa desgraça é a cobardia e a imaturidade.

Assumimos uma importância neste planeta como nenhuma outra espécie assumiu. Apesar disso, somos cobardes. Preocupamo-nos com aquilo que não faz sentido nenhum. Somos imaturos. Há trinta anos que

dizemos que é preciso salvar a terra. E isto é um disparate de todo o tamanho. A terra não precisa que a salvemos de coisa alguma. A terra não quer saber do nosso comportamento para nada. A terra vai continuar a girar sobre si própria. Vai continuar a andar à volta do sol. Quando, há milhões de anos, os meteoritos extinguiram os dinossauros, o que aconteceu à terra? Não aconteceu nada. Mamíferos como nós desenvolveram-se, fizemos universidades. Foi isso que aconteceu. Portanto, a terra não quer saber disto para nada. Nós, objetivamente, não sobreviveremos. Somos a espécie, suposta e garantidamente, mais inteligente, mas que está a fazer tudo para acabar consigo própria. Este é, de facto, o desafio que temos de enfrentar. Sem cobardia, mas com algum egoísmo. Pensando em nós próprios, mas percebendo que não nos salvamos sozinhos. Todas as frases que dizemos para nós próprios, como “água é vida”, têm de ser compreendidas como válidas para as espécies todas. Sempre que acharmos que podemos tomar conta dos recursos naturais em prol de nós próprios, estamos a fazer um disparate enorme porque estamos a brincar aos deuses. E sempre que alguém brinca aos deuses normalmente dá-se mal. Estamos a colocar-nos acima daquilo que são os próprios ecossistemas.

Aquando do aparecimento da pandemia houve uma discussão teórica muito interessante. O que é que a pandemia trará, do ponto de vista das políticas de sustentabilidade? Havia basicamente duas correntes. A primeira: quando acabar a pandemia esquecer-nos-emos muito depressa, vamos querer recuperar o tempo perdido e repetir as asneiras antes da pandemia. A segunda, daqueles que acreditaram que agora “abrir-se-ão as portas e derramar-se-ão os frutos e a justiça” em prol da sustentabilidade. Eu não acredito nem numa corrente nem na outra. Considero que ambas as visões extremadas não fazem sentido e, sobretudo, não nos conduzem a lado algum. Aquilo que me parece muito evidente é que, do lado da sustentabilidade, isto é, do lado da garantia básica da nossa presença como espécie no planeta – já agora com felicidade e com bem-estar – aquilo que temos de fazer é provar que, apostando e investindo na sustentabilidade, seremos capazes de criar emprego qualificado, de criar riqueza, de pôr a economia a crescer.

Sei que é comum pedir-se a um Ministro do Ambiente que seja agnóstico quando se fala do crescimento da economia. Eu não sou. Não sou mesmo. Eu defendo o crescimento da economia. Acredito que criaremos uma situação de insustentabilidade para a vida de cada um de nós se a economia deixar de crescer. A economia não pode crescer com os instrumentos que usou no passado. A economia não pode crescer fundada nos fósseis, na mão-de-obra, matéria-prima e energia barata. A economia não pode crescer

com emissões carbónicas, imaginando-se que as matérias-primas são infinitas. Todos sabemos que o sistema em que habitamos, este planeta, tem limites e não os podemos exceder. Por isso, não podemos de todo em todo trilhar um futuro com os instrumentos do passado.

Não tenham dúvidas de que o clima está a mudar e que o aquecimento global é responsável por um conjunto de fenómenos climáticos extremos. Outros fenómenos levam já hoje à desertificação e à perda de recursos num conjunto alargado de territórios cujos habitantes fazem aquilo que cada um de nós faz ou faria, procurando melhores condições noutra sítio. Por isso, os desalojados climáticos são já à escala dos milhões.

No domínio do ambiente, há duas gerações de políticas completamente diferentes. Uma é relevantíssima, não concluída, de base infra-estrutural. A construção da rede de abastecimento de água, das redes de esgoto e saneamento, a boa gestão dos resíduos, a reserva de territórios no país para a biodiversidade. Tudo isto faz parte desta primeira geração, fundamental para, nomeadamente, a enorme melhoria da saúde pública em Portugal. Há quarenta anos, apenas 56% da água da torneira era segura, hoje são 99%. Há trinta anos, Portugal tinha 65 praias com bandeira azul, símbolo da sua boa qualidade; este ano tivemos 372. Esta geração de políticas não está, de todo, terminada. Há muitos investimentos ainda para fazer, no entanto, demos um salto espantoso. Paul Reiter, que foi presidente da International Water Association, é autor de um artigo – *The Portuguese Miracle* – sobre aquilo que Portugal foi capaz de fazer em 30 anos, investindo 11 mil milhões nestas matérias. Mas, repito, não estando concluída esta primeira geração de políticas, há claramente uma segunda geração: a da geração da riqueza a partir da sustentabilidade. E é muito nessa geração que eu me sinto imbuído, na qual quero ser o mais responsável possível e desafiar-vos para esta mesma responsabilidade.

Por isso quis que o tema desta charla fosse “investir no presente”. De uma maneira geral, quando se fala em sustentabilidade, fala-se nas gerações futuras e em investir no futuro. Discordo; considero que é mesmo no presente que temos de investir. Quando em 1987 a senhora Brundtland falou nas gerações futuras poderia ser uma coisa difusa, pouco precisa. Quem são as gerações futuras? Somos nós que aqui estamos. Somos a geração futura de que a senhora Brundtland falou em 1987 e por isso a responsabilidade é nossa. A responsabilidade de pensar nos que vêm depois de nós, mas também de pensar em nós próprios porque, repito, as alterações climáticas não são um fenómeno do futuro. São, e de que maneira, um fenómeno do presente. Por isso, investir no presente é fundamental.

Portugal orgulha-se e orgulhar-se-á sempre de ter sido o primeiro país do mundo a afirmar que íamos ser neutros em carbono em 2050. Outros até o conseguirão ser antes e têm condições muito mais fáceis para o poder ser. Nós fomos os primeiros a afirmá-lo. Em 2050 vamos ser neutros na emissão de gases carbónicos. Ser neutro não quer dizer emissões zero. Ser neutro quer dizer que aquilo que emitimos é compensado pela capacidade de sumidouro.

Por isso é essencial cuidar do território rural. Aqueles que só pensam no setor eletroprodutor e na mobilidade estão a pensar mal. O território tem um papel fundamental para conseguirmos atingir o nosso objetivo. Por isso, depois desta afirmação política de que vamos ser neutros em 2050, fizemos um roteiro. Nesse roteiro avaliámos três cenários distintos. O cenário que mais garante a probabilidade da nossa neutralidade em 2050 é aquele em que a economia mais cresce. Pode parecer estranho porque o cenário em que a economia mais cresce significa maior consumo de energia, mais deslocações e mais mobilidade. Apesar disso, se essas deslocações forem neutras em emissões e se o setor eletroprodutor produzir toda a sua eletricidade a partir de fontes renováveis – tendo sempre como pano de fundo obviamente a perspetiva da eficiência – seremos neutros em carbono em 2050. Com a economia a crescer mais, ou seja, com a criação de mais emprego e com a maior criação de riqueza.

Para isso, há um conjunto de instrumentos que está hoje em cima da mesa. O Plano de Recuperação e Resiliência: 38% dos seus investimentos são completamente dedicados àquilo que é o investimento no combate às alterações climáticas. É nesse contexto que a Faculdade de Letras terá metro à porta com uma nova linha para Vila Nova de Gaia; é nesse contexto que foi anunciada a atribuição dos primeiros vales eficiência. São pedidos 100 euros por dia para que as famílias que estão em situação de pobreza energética possam fazer obras nas suas casas. Temos 135 milhões de euros para intervir na eficiência energética dos edifícios, um fator da maior importância do ponto de vista ambiental porque permitirá a redução de emissões. Também importante porque, do ponto de vista daquilo que é o rendimento das famílias, estas terão uma fatura da eletricidade mais baixa. Ainda relevante na criação de emprego, através das obras que estão e vão ser feitas em todo o país por pequenas e microempresas.

Neste contexto da neutralidade carbónica, há duas áreas da sociedade onde o desafio é maior. Uma delas é o setor eletroprodutor. Temos a possibilidade de utilizar eletricidade 100% com origem em fontes renováveis; temos a ventura de dispor de água, sol e vento para que isso aconteça.

Alcançámos já os 60% e temos como meta para 2030 os 80%. Diz-nos a Entidade Reguladora que, em 2025, já teremos alcançado 80% de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis. Isto é, de facto, excepcionalmente importante, pelo que libertamos de utilização de fósseis e, consequentemente, das suas emissões; pelo maior equilíbrio da nossa balança comercial que ainda depende em 70% da importação dos combustíveis fósseis. Mas, sobretudo, pela enorme independência que nos permite.

Sou, serei sempre, a favor da mais aberta das economias, do mais aberto dos mundos nas transações comerciais, com a certeza de que elas devem ser o mais justas possível. Mas quem tem sol, água e vento para produzir 100% da sua eletricidade e gosta de importar petróleo, é mesmo incompreensível. Na energia solar temos ainda muito potencial de crescimento. Por estes dias, começou a funcionar a maior central solar em Portugal e uma das maiores na Europa. No entanto, produzimos menos eletricidade solar do que o Reino Unido ou a Bélgica. Sou capaz de jurar que nenhum de nós foi a um destes países para ir à praia. Produzimos agora dois *gigawatts*, queremos chegar aos oito ou nove no final desta década. Acredito que lá chegaremos ainda antes disso, com um enorme investimento e criação de riqueza. Um país a caminho da neutralidade será cada vez mais eletrificado. Deve tudo fazer para garantir que o preço da eletricidade não suba porque há aqui um enorme bem público: a redução de emissões. Quando ainda estamos, infelizmente, tão dependentes da produção a partir do gás, e este tem subido tanto de preço na origem, devemos – e o Governo assim o fez – colocar dinheiro público para garantir a estabilidade do preço da eletricidade.

Porque há um conjunto de processos industriais para os quais a intensidade energética que vem da eletricidade não é bastante (por exemplo, para o transporte pesado), é importante apostar nos gases renováveis. Temos de continuar a ter gás para que, por exemplo, a indústria química continue a funcionar, para que um camião possa ter uma autonomia para andar 500 quilómetros. Isto não se consegue com a eletricidade, mas seria um contrassenso continuar a apostar no gás natural. Gases renováveis como o hidrogénio verde e o biometano são essenciais para completar a paleta energética. Além do setor eletroprodutor onde 100% de eletricidade deverá ser produzida a partir de fontes renováveis, no setor da mobilidade terrestre a exigência é maior porque em 2050 deverá ter zero emissões. Este é um desafio maior porque mexe com cada um de nós, com o comportamento e a nossa disponibilidade para o mudar. O conforto é a principal razão das

decisões que tomamos, por isso não conseguiremos atingir o nosso objetivo se não nos esforçarmos coletivamente: entidades públicas, privadas, universidades, cidadãos e empresas. Não conseguiremos, de facto, se não mudarmos o nosso comportamento.

Ser neutro em carbono em 2050 significa investir mais dois mil milhões de euros por ano em matérias da sustentabilidade, num país cuja formação bruta de capital fixo ronda os 35 mil milhões de euros, nos anos em que se investe muito. 85% desse investimento será de particulares, entre empresas e famílias. Entre os 15% de investimento público, a área da mobilidade será preponderante.

Estou sinceramente convencido de que há um tema emergente que depressa ganhará relevância no espaço público: a conservação da natureza e a promoção da biodiversidade. A pandemia mostrou-nos que não faz sentido discutir saúde humana sem discutir saúde animal e sem discutir o bem-estar ambiental, ou seja, a saúde ambiental.

Sei bem qual foi o ano mais feliz da minha vida. Foi o ano em que fui caloiro na faculdade. Penso muito naqueles que foram caloiros no ano passado. Acho que nem eles sabem o que perderam. Quem já teve experiências tão radicais como ser caloiro de uma universidade passando o ano quase todo em casa, tem necessariamente de adquirir sensibilidade para perceber que, com a perda de biodiversidade, o risco de zoonoses e o risco de pandemias cresce de forma expressiva e muito significativa. Temos, por isso, de saber tomar conta do nosso território, de conviver com todas as outras espécies. As universidades têm um papel essencial nesta formação.

É fulcral que, na formação da Arquitetura, as questões da eficiência energética sejam tão relevantes como quaisquer outras. É essencial que os meus colegas engenheiros não coloquem produtos no mercado só porque são mais dúcteis, mais baratos, mais leves. Devia ser proibido colocar um novo produto no mercado sem saber o que lhe acontecerá quando deixar de ser útil. Não podemos continuar a inventar formas de plásticos. Uma única garrafa tem três tipos de plástico: um na embalagem, outro na tampa, e ainda outro para o rótulo. Isto é uma insanidade. Como podemos, deste modo, falar em reciclagem? Atentem na complexidade de um objeto tão pequeno, tão banal e que se produz a uma escala desmesurada em todo o mundo. Não podemos continuar a introduzir produtos no mercado desta forma. Tudo tem de ser pensado desde o princípio.

Em Economia, é preciso perceber que externalidades, assim designadas pelos economistas, são uma coisa virtual. Ainda que possa haver uma

compensação do ponto de vista financeiro, como compensar o mal que estamos a fazer ao planeta? Conto-vos uma história. Sobre uma vinha que a minha mãe tem na Bairrada, destruída por um acidente com uma indústria cerâmica. Os senhores da indústria cerâmica, conscientes, não tiveram a mais pequena dúvida de que tinham causado um mal e que era devida uma indemnização. Foi, por certo, justa e foi paga. Mas para que serve aquele terreno? Rigorosamente para nada. O custo financeiro foi pago, mas aquele terreno não serve para mais nada. No Direito, quantos são os crimes ambientais que são sancionados com coimas, multas meramente administrativas? Por vezes, centenas de milhares de euros transformam-se em coimas de valores irrisórios que revertem para associações locais como corporações de bombeiros. Não existe a percepção da gravidade de um crime ambiental. A todos os que nos ensinam neste território e nesta faculdade: o território, não podendo nunca mudar de sítio, é um bem transacionável com um valor desmedido. É da maior importância este entendimento.

Nestes seis anos em que sou Ministro – que me parecem seiscentos - considero que onde fomos menos longe foi na formação, na partilha, na integração daqueles que são os grandes agentes de mudança, aqueles que são os *champions* da sustentabilidade. Não acredito na mudança sem eles, num exercício que tem de ser o mais transgeracional possível e onde, naturalmente, as gerações mais novas exercem um papel de superior importância.

É esta a última breve reflexão que vos deixo. Temos de escolher os *champions* certos para concretizar as missões certas na transformação de uma sociedade que se quer mais próspera. Não quero para os que vêm a seguir a mim uma sociedade menos próspera do que esta. De forma alguma. Todos os que quiserem fazer exercícios de ascetismo, têm a minha solidariedade, mas não devemos partir do princípio que a transformação se pode fazer em democracia contra aquelas que são o comum das pessoas. Temo os movimentos que defendem que capitalismo e poluição são sinónimos. Pensar desta forma é muito arriscado, na transformação do modelo de democracia liberal como aquela em que vivemos. E é precisamente por isso que temos de saber encontrar os agentes de transformação. Isto não se faz sem sacrifício, sem um grande esforço. São esses agentes, que eu ainda não consegui encontrar, que me permitirão ter condições para fazer uma lição de sapiência nesta faculdade. Aí poderei contar uma história diferente e mais feliz do que esta.

Muito obrigado.



ISBN 978-989-9082-03-8



9 789898 1069255 1